

Passarinho já aceita o parlamentarismo

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — Depois de marchar durante muito tempo no pelotão presidencialista, o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA) perdeu o passo. Às vésperas da votação do sistema de governo na Constituinte, ele se pergunta se vale a pena continuar defendendo o projeto de *presidencialismo mitigado* do senador Humberto Lucena, pois lhe parece impossível alguém entender a existência de um primeiro-ministro no regime presidencialista.

Ao reconhecer que o parlamentarismo tiraria a crise política dos quartéis, transferindo-a para a Câmara dos Deputados, o senador comenta: "Seria uma experiência interessante". Contrário às eleições presidenciais em 88, Passarinho também admite que "o povo parece querer uma eleição agora, para mudar o governo". E acrescenta: "O povo ficará frustrado se não houver eleição".

Perguntado se se converteu ao parlamentarismo, Passarinho cita o pensador espanhol Ortega Y Gasset: "Eu sou eu e minhas circunstâncias".

— O político, como um militar em campanha, não pode fazer aquilo que o saudoso Petrônio Portela chamava de "agredir os fatos". Tem que raciocinar com os fatos.

E o que os fatos começam a mostrar ao senador é, em primeiro lugar, "uma espécie de sincetismo altamente censurável". Não há qualquer projeto que seja parlamentarista ou presidencialista.

Parlamentarismo tira as crises da área militar

— Há misturas. O projeto parlamentarista mais próximo do anglosaxônico é no estilo latino. É o parlamentarismo com o presidente eleito diretamente pelo povo, o que descaracteriza o sistema. Em Portugal, onde se adota esse estilo, chama-se isso de semi-presidencialismo.

Mas, na opinião do senador, o pior é o projeto presidencialista, do senador Humberto Lucena, que prevê a existência de um primeiro-ministro. Passarinho começa a se perguntar se ele vale a pena.

— Um primeiro-ministro num regime presidencialista, ninguém no mundo vai entender isso.

Como uma advertência aos que acreditam que, adotado o parlamentarismo, tudo correrá à mil maravilhas, Passarinho lembra que o Brasil atravessou diversas crises no Império. Mas reconhece que, "automaticamente", as crises se transfeririam

Rogério Montenegro — 8/1/88



Passarinho: com os fatos

dos quartéis para o Legislativo, o que ajudaria a evitar traumas. Ele aponta isso como um ponto a favor do parlamentarismo.

— Seria uma experiência interessante. Só o seu exercício provaria se as esperanças seriam correspondidas.

Quando às periódicas declarações dos ministros militares sobre sistema de governo, o presidente do PDS acha que "numa sociedade como a nossa, é claro que os ministros militares são sempre uma referência". O problema é quando essa referência predomina ou "é inconstante", pois aí se está longe da democracia. Mas esse, segundo o senador, não é o caso brasileiro.

— Entendo que os ministros militares têm sentido a obrigação de transmitir à nação pontos de vista que devem decorrer das reuniões de seus altos-comandos. E esses pontos de vista vêm incidindo menos sobre o sistema de governo do que sobre as eleições em 88. Nisso eles têm sido mais imperativos ou repetitivos, mostrando o inconveniente das eleições agora.

Nesse ponto, Passarinho concorda com os ministros militares. Elerepete as opiniões dos ministros da Marinha e da Aeronáutica, Henrique Sabóia e Otávio Moreira Lima, ao enumerar "dois distúrbios terríveis em matéria política e econômica" que as eleições presidenciais cau-

sariam, se realizadas este ano. No campo político, findos os trabalhos da Constituinte, não se seguiria nenhuma atividade do Congresso "e, no entanto, há a necessidade de elaboração de uma série enorme de leis orgânicas e complementares, que não seriam feitas".

— Pior do que isso, as Assembleias Legislativas, que têm a obrigação de adaptarem as Constituições estaduais em seis meses, não fariam isso também. Ninguém vai ficar sentado, fazendo leis, em plena campanha presidencial.

Do ponto de vista econômico, de acordo com Passarinho, haveria a questão dos credores, da dívida externa brasileira.

— Com a ameaça de um novo governo, especialmente com determinadas candidaturas, essa gente se retrai e as negociações param. No campo interno, a inflação dispararia. Ela já está no rumo da hiperinflação e será insustentável.

O senador reconhece que "o povo parece querer uma eleição agora, para mudar o governo".

Eleição é sempre bom. A democracia venceu como idéia

— O povo ficará frustrado se não houver eleição. Mas o povo já se sentiu frustrado com as diretas já, que se transformaram na eleição do dr. Tancredo pelo Colégio eleitoral, que foi tão ofensivo no passado. Depois, pensou que a Constituinte seria uma panacéia que daria solução para todos os casos. Depois, veio o Plano Cruzado. É uma série de frustrações. Devemos pesar todas essas coisas e decidir o que será melhor.

Passarinho faz questão de ressaltar que "as eleições são sempre positivas, tão positivas, e a democracia é tão importante, que mesmo os regimes totalitários querem ser chamados de democratas". Lembra que "não há um ditador que repouse serenamente sobre suas baionetas sem apelar para o termo *democracia*".

— No meu tempo de estudante no Pará, os comunistas e os integralistas as consideravam uma blasfêmia. Mas, hoje, a democracia venceu como idéia-força. A eleição é sempre boa, concordo. Mas estou querendo racionalizar o processo. Quais as consequências que nós pagaremos por isso?

Jânio acha que eleição municipal será suspensa se presidencialismo cair

SÃO PAULO — O prefeito Jânio Quadros disse que não haverá nem eleições municipais este ano se a Constituinte aprovar o parlamentarismo. "Se insistirem, determinadas forças", disse, "em riscar o fósforo no tanque da República para ver se há combustível, eu não garanto este ano nem eleições para prefeituras. Porque há combustível, sim, e haverá explosão".

Defensor do sistema presidencialista e de cinco anos de mandato para o presidente Sarney, Jânio tentou uma aliança, na última sexta-feira, com o governador Orestes Quêrcia, na tentativa de mudar a tendência pró-parlamentarista já delineada na Constituinte. No sábado, em entrevista à TV Record de São Paulo, declarou que a assembleia não tinha autoridade para mudar o regime de governo e nem para encurtar o mandato de Sarney. "As condições emotivas atuais entre a população são imeditivas para a realização de eleições para a Presidência da República, este ano", argumentou.

"Se continuar por este caminho", advertiu, sem explicar os fatos em que se baseava, "essa gente (os constituintes favoráveis ao parlamentarismo) pode encontrar a explosão". Indagado se a explosão viria na forma de um golpe militar, foi claro: "Sem dúvida, esta é a opção".

Nas últimas semanas, cresceu a irritação de Jânio contra a Constituinte, especialmente após a aprovação da jornada de trabalho de 44 horas semanais, do voto para os jovens de 16 anos e da greve para o funcionalismo público. Na semana passada, ele explodiu com a possibilidade de uma vitória dos parlamentaristas. Fala até em renunciar a seu mandato, que expira a 31 de dezembro —, se junto com o regime de gabinete vencer a tese das eleições presidenciais ainda este ano.

Sílvio Santos — Durante a conversa com Quêrcia e na entrevista à TV Record, reconheceu que a popularidade do governo Sarney é baixa e que o povo vem perdendo a confiança no presidente. "Não me preocupa o julgamento apressado. Mas, afastado o presidente, quem seria eleito em seu lugar e, com uma varinha de condão, teria condições de mudar o quadro, oferecendo ao povo uma vida melhor, em poucos meses?", perguntou. E ele próprio respondeu: "Não conheço ninguém providencial e não vejo ninguém providencial".

"Não há de ser assim — disse — "que nós aperfeiçoaremos nossa democracia. O atual quadro reclama, isto sim, desprendimento, coragem, patriotismo e paciência".

Mas não admite sequer que levantem a possibilidade de ele se candidatar à sucessão de Sarney, qualquer que seja a data: "Não sou candidato em nenhuma hipótese, não tenho futuro político. Esgotado meu mandato vou para minha casa", garante. Também não toma posição em relação à sua própria sucessão. Entre todos os que já se declararam candidatos a seu posto, não esconde, porém, certa admiração pelo empresário e apresentador de TV Sílvio Santos: "Sua candidatura cai sobre o PT e os partidos comunistas como uma bomba. Tenho sentido isso nos bairros. As mulheres que vivem na periferia votam em Sílvio Santos, sem hesitar".

na periferia votam em Sílvio Santos, sem hesitar". De qualquer forma, sempre que o assunto é levantado, especialmente nos últimos dias, o prefeito gosta de terminar a fila de nomes com o comentário: "Nós falamos em nomes. Mas antes precisamos responder a uma pergunta preliminar: haverá sucessão?"

À sombra dos Urutus

O que fez o empresário Antônio Ermírio de Moraes converter-se, bruscamente, à fórmula do parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney? Como presidencialista convicto e, por temperamento, teimoso, nada mais lógico que defendesse a manutenção do atual sistema de governo como o fazia até há poucas semanas. Como aspirante a candidato a presidente da República, nada mais justo que torcesse pela aprovação do mandato de quatro anos. Foram muitas e contundentes suas declarações nesse sentido.

Por fim, como empresário responsável e exaltado patriota, preocupado com a crise que engolfa o país, nada mais sensato que pedisse, como o vinha fazendo, a urgente instalação de um governo no lugar onde hoje não existe nenhum. Antônio Ermírio mudou de posição depois de uma discreta visita a Brasília, onde se reuniu com alguns dos ministros militares. Sentiu cheiro de pólvora no ar. Ouviu até a ameaça sobre uma possível resposta a bala à decisão da Constituinte pelos quatro anos. O empresário retornou a São Paulo impressionado com o que lhe disseram.

Os presidentes de partidos reunidos na última sexta-feira pelo ministro Paulo Brossard também saíram do encontro fortemente impressionados com o que ouviram dele. Brossard, de fato, manifestou a disposição de Sarney de não ser empecilho a um amplo entendimento dentro da Constituinte em torno da votação do capítulo sobre sistema de governo — seja qual for ele. Mas disse, claramente, que parlamentarismo com quatro anos de mandato seria uma humilhação que o presidente jamais suportaria. Insinuou que, nesse caso, Sarney poderia adotar "um gesto extremo".

Menos de 24 horas após a reunião dos presidentes de partidos com o ministro da Justiça, o deputado Ulysses Guimarães produziu sua primeira declaração pública a favor do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney. "Votar nos cinco anos é votar pelo Brasil", disparou, à saída de uma visita que fez ao general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI. Na tarde de ontem, o ministro Luiz Henrique, ligado a Ulysses, formulou votos para que o Brasil entenda a escolha que o PMDB fará pelo parlamentarismo com cinco anos.

Ulysses sempre foi presidencialista e, do final de dezembro para cá, forneceu todas as indicações de que marchava na direção do mandato de quatro anos. Para seu projeto pessoal de suceder Sarney, a

seu projeto pessoal de suceder Sarney, a transferência para 1989 da eleição presidencial poderá vir a ser, simplesmente, um desastre. No próximo ano, Ulysses estará ainda mais velho, e o PMDB disporá de outros candidatos, como o governador Orestes Quêrcia, por exemplo. A adoção do parlamentarismo dará a Ulysses o cargo de primeiro-ministro, mas sua expectativa de poder, ainda assim, será menor.

A conclusão, sem recuos, do processo de transição política foi posta por Ulysses acima dos seus interesses pessoais de candidato à sucessão de Sarney. É possível que seja esse o julgamento que ele espera que a História lhe faça. A crônica dos dias que correm, sujeita às paixões, registra que por enquanto Ulysses cedeu à chantagem de um presidente acuado e obcecado por manter-se no poder e às pressões de chefes militares que, à luz do dia, juram respeitar o que a Constituinte decidir e, nas trevas, sugerem chamar os Urutus.

A votação do sistema de governo e do mandato presidencial expõe, em toda a sua crudeza, a tutela militar sobre o processo político brasileiro. Sarney perdeu o apoio da esmagadora maioria da sociedade, não conta mais com a sustentação dos partidos políticos e, no entanto, está perto de ganhar uma sobrevivência. Irá devê-la à renovada disposição dos chefes militares de não renunciarem à intervenção na vida política nacional e ao receio dos políticos de a confrontarem. Não está em causa se o parlamentarismo poderá ser bom ou não para o país.

Também não está mais em discussão o direito inegável da Constituinte de aprovar o sistema de governo que preferir e de dar quatro, cinco, seis, dez anos de mandato para um presidente que manterá os seus poderes ou que os perderá completamente. Examina-se a prevalência do poder militar sobre o poder civil que se prepara, uma vez mais, para se curvar subjogado.

Cabo eleitoral

O maior cabo eleitoral do parlamentarismo, depois de Sarney naturalmente, tem sido a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, que prevê a moção de desconfiança individual contra qualquer ministro como recurso a ser usado pelo Congresso para derrubá-lo. O senador José Richa a exibiu, recentemente, ao ministro do Exército. Embora tenha negado, o general rendeu-se às vantagens do parlamentarismo.

Vota, Passarinho

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, votará a favor do presidencialismo com cinco anos. Se não for aprovado, votará no parlamentarismo com cinco.

Ricardo Noblat